

190-333				
				9

KGR 00350 E

DEMARCAÇÃO DE TERRAS

Após reaver reserva de Queimadas, índios querem outra área

Retomada de área na Região Central estimula tribos do PR a lutar por mais 11 mil hectares

CURITIBA - A RECUPERAÇÃO DE UMA ÁREA com mais de 600 hectares em Ortigueira (Região Central), depois de um litígio que demorou quase 60 anos, está estimulando as lideranças indígenas do estado a lutar pela retomada de terras no Sudoeste. Dentro de 70 dias, o Conselho Indígena entrega à superintendência da Fundação Nacional do Índio (Funai) uma perícia sobre a ocupação da localidade de Boa Vista, em Laranjeiras do Sul.

Índios caingangues estariam sendo expulsos dos mais de 11 mil hectares de Boa Vista desde a década de 30. O governo do estado vendeu as terras apesar do reconhecimento federal de que o local era área de perambulação indígena. O êxodo de Laranjeiras do Sul, que culminou em 1962 com a destruição da sede da aldeia, acabou originando duas das maiores reservas paranaenses: Marrecas dos Índios e Rio das Cobras. Hoje mais de três mil caingangues, guaranis e xetás ocupam as povoações.

Segundo o vice-presidente do Conselho Nacional dos Povos Indígenas, Pedro Cornélio, 42 cain-

gangues ainda resistem em Boa Vista. Assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), trechos de reflorestamento, médios e grandes proprietários dividem a área com os índios.

Cornélio, que ontem negociava em Curitiba retomada de terras para xetás na região de Umua-rama, tem interesse especial na recuperação de Boa Vista. "Eu nasci lá. Naquela época, na década de 40, os índios já sofriam uma enorme pressão para deixar a reserva". A perícia está sendo realizada em conjunto pela Funai e Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Vitória

A notícia da histórica recuperação de 692 hectares da Reserva de Queimadas, em Ortigueira, ainda não chegou oficialmente aos 490 caingangues que vivem na aldeia. Na semana passada, o Tribunal Regional Federal da 4.ª região determinou a reintegração do Quinhão 15 da Fazenda Apucarana ao Patrimônio Indígena, pondo fim a um processo jurídico que se arrastava desde 1943.

Proprietários de terrenos da reserva, no entanto, já esperam a indenização pela eventual desapropriação. Pedro Cornélio calcula que o local deve voltar realmente às mãos dos índios dentro de um ano. "Falta apenas que o governo aprove orçamento para as indenizações", prevê o vice-presidente, que diz sentir "um clima amistoso" entre proprietários e Funai.

• VICTOR FOLQUENING